

al.ama

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265

online

#22 (tomo 1) Jan. 2018

AS GRAVURAS AINDA NÃO APRENDERAM A NADAR

o impacto das cheias
nas gravuras do
Vale do Côa

Gemas gravadas
numa alfaia litúrgica

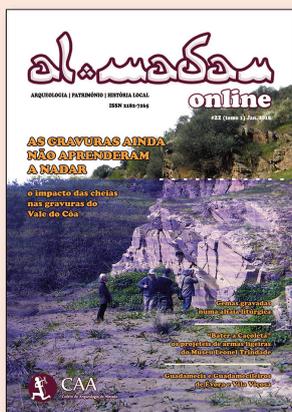
“Bater a Caçoleta”
os projéteis de armas ligeiras
do Museu Leonel Trindade

Guadamecis e Guadamecileiros
de Évora e Vila Viçosa



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Imagem de visita à Rocha 1 da Ribeira de Piscos, no Parque do Côa, cerca de um mês após cheia registada no Inverno de 2014. A linha tracejada a branco, à direita, marca a cota de inundação, aqui evidenciada pela sobreposição de filtro que mescla a imagem original com uma superfície aquática.

Foto © Luís Luís, Fundação Côa Parque, parcialmente sobreposta por imagem disponível na Internet.



II Série, n.º 22, tomo 1, Janeiro 2018

Proprietário e Editor |

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede | Travessa Luís Teotónio
Pereira, Cova da Piedade,
2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial |
www.almadan.publ.pt

Distribuição | <http://lissuu.com/almadan>

Patrocínio | Câmara M. de Almada

Parceria | ArqueoHoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª

Apoio | Neoépica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

Conselho Científico |
Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Redacção | Centro de Arqueologia de Almada (sede): Vanessa Dias,
Ana Luísa Duarte, Elisabete
Gonçalves e Francisco Silva

Abriu, esta *Al-Madan Online* confronta-nos com uma séria ameaça à integridade e preservação de uma das jóias da Arqueologia portuguesa, justamente integrada na lista do Património Mundial da UNESCO: a arte rupestre do Vale do Côa, que em 1996 se livrou da submersão provocada pela construção de uma barragem, mas está desde então sujeita a cheias prolongadas. “*As gravuras não sabem nadar*” deu mote a um movimento que abalou a sociedade portuguesa nos já distantes anos 1990. Presumimos hoje que continuarão a não saber. Contudo, constatamos que boa parte delas teve de desenvolver entretanto uma invulgar aptidão para o mergulho em apneia!

Conhecidas as condições ambientais da região, é expectável que a acção dos agentes naturais aumente sazonalmente o caudal do rio Côa. Mas não é admissível permitir que esse efeito seja fortemente agravado pela ensecadeira que deveria ter funcionado só alguns meses, durante a construção da barragem, mas lá permanece quase 25 anos depois! É um enorme factor de risco para um Património único e insubstituível, e também uma severa condicionante à sua investigação, conservação e fruição pública. Identificar o problema e detalhar as suas causas e consequências tem o inegável mérito de alertar para a urgência de medidas correctivas que merecem a atenção imediata da DGPC e da Fundação Côa-Parque.

O Parque e o Museu do Côa justificam ainda outra abordagem nas páginas desta *Al-Madan Online*, onde é defendido um modelo alternativo de gestão patrimonial. É um dos textos de opinião, que também se ocupam da investigação do século VIII e do paradigma dos orçamentos participativos. Os artigos dedicados a trabalhos e estudos arqueológicos são diversificados, temática e cronologicamente, e tratam contextos e materiais que vão da romanidade ao século XIX: da *villa* romana de Fundo de Vila (Tábua) à rede viária dessa época na zona do Vimieiro (Arraiolos); das várias ocupações do Alto da Casa Branca (Lisboa) aos fornos de cal contemporâneos em Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Trofa; de 1/4 de *dirham* almóada recolhido na zona de Alcácer do Sal, às gemas gravadas em alfaia litúrgica dos séculos XIV-XV e aos projectos de armas ligeiras usados nos confrontos do século XIX. Há ainda um contributo para a história do ensino da Arqueologia em Portugal, a análise de fontes documentais relativas aos Paços do Município de Alcácer do Sal e à arte do guadameci em Évora e Vila Viçosa nos séculos XVI e XVII, e espaço para defender a tese que Fernão Lopes (≈1380/1390-1460) terá nascido e sido sepultado no Alandroal. Por fim, desenvolvido noticiário arqueológico antecede o comentário a diversos eventos e a agenda dos que são conhecidos para os próximos meses. E para começar bem, tem já a seguir uma reflexão sobre o binómio Arqueologia - Turismo.

Votos de boa leitura!

Jorge Raposo

Resumos | Jorge Raposo (português),
Luísa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos
Santos (francês)

**Modelo gráfico, tratamento de imagem
e paginação electrónica** | Jorge Raposo

Revisão | Vanessa Dias, José Carlos
Henrique, Fernanda Lourenço e Sónia
Tchissole

Colaboram neste número |
André Albuquerque, Nelson J. Almeida,
Clementino Amaro, Ferran Antolín,
José M. Arnaud, Ruben Barbosa, Ana C.
Basílio, Luísa Batalha, João Belo, Marian
Berihuete Azorín, Nuno Bicho, Flávio
Biscaia, Carlos Boavida, Anabela

Borralheiro, Patrícia Brum, Guilherme
Cardoso, António R. Carvalho, Daniel
R. de Carvalho, João Cascalheira,
Enrique Cerrillo Cuenca, Fernando
Coimbra, Luís Costa, Paulo Costa,
Maria Isabel Dias, Mariana Diniz,
Graça Cravinho, Pedro Cura, José
d'Encarnação, Lídia Fernandes, Cristiana
Ferreira, António Fialho, Rui Ribolhos
Filipe, José P. Francisco, Jorge Freire,
Sara Garcês, Manuel García-Heras,
Marijo Gauthier-Bérubé, Carolina Grilo,
Vanda B. Luciano, Luís Luís, Ana P.
Magalhães, João Marques, Andrea
Martins, Ana Mateos Orozco, Alexandre
Monteiro, César Neves, Luiz Oosterbeek,

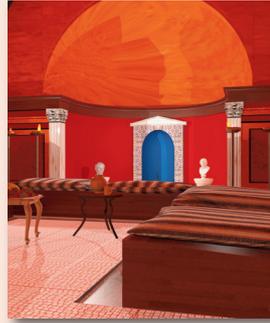
Pedro Patacas, Franklin Pereira, Miguel
Pessoa, Rui Pinheiro, Inês V. Pinto,
Leonor Pinto, Sandro Pinto, Luís
Raposo, Raquel C. Raposo, Clodoaldo
Roldán García, Maria Isabel Sarró, Chris
Scarre, Isabell Schmidt, João L. Sequeira,
Fernando R. Silva, Elisa Sousa, João P.
Tereso, André Teixeira, André Texugo,
João Torcato, António Valera, António
Valongo e Gerd-Christian Wenigeru

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

EDITORIAL ...3 ▶

CRÓNICAS

A Arqueologia e o Turismo:
útil binómio a acautelar |
José d'Encarnação...6 ▶



ESTUDOS

A Rede Viária Romana
como Objeto de Reflexão:
a propósito dos troços
calçadados da Herdade das
Postas e da ponte da Fargelinha
(Vimieiro, Arraiolos) |
Ruben Barbosa...50 ▶

ARQUEOLOGIA



As Gravuras Ainda
não Aprenderam a Nadar:
impacto das cheias na arte
rupestre do Vale do Côa
entre 1996 e 2016 |
Luís Luís...10 ▶

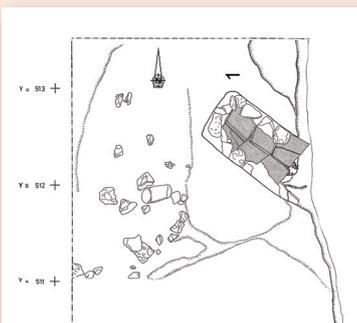
Gemas Gravadas
numa Alfaia Litúrgica |
Graça Cravinho...60 ▶



Quinta das Covas,
uma *Villa* Romana em
Fundo de Vila, Tábua |
Raquel Caçote Raposo
...29 ▶



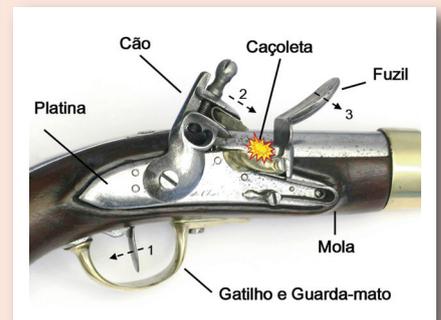
Breve Nota sobre
1/4 de *Dirham* Perfurado
de Cronologia Almóada
Encontrado Junto a
Qaṣr al-Faṭḥ / Alcácer
[do Sal] | António Rafael
Carvalho...68 ▶



O Sítio Arqueológico do
Alto da Casa Branca (Tapada
da Ajuda, Lisboa) | Guilherme
Cardoso, Clementino Amaro
e Luísa Batalha...35 ▶



Os Fornos de Cal Artesanais nos
Concelhos de Vila do Conde, Póvoa
de Varzim e Trofa na Época
Contemporânea: contributo para
o seu estudo | Fernando
Ricardo Silva...41 ▶



Bater a Caçoleta: subsídio para
o estudo da coleção de projéteis de
armas ligeiras do Museu Leonel
Trindade | Rui Ribolhos
Filipe...74 ▶

HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

O Ensino da Arqueologia no Século XIX:
uma abordagem preliminar de propostas,
programas e cursos | Daniel Martins da Silva
Rodrigues de Carvalho...80 ▶

OPINIÃO

¿Por qué no se estudia el siglo VIII?
Una reflexión historiográfica y bibliométrica |
Ana Mateos Orozco...98 ▶

Museu do Côa: do
discurso institucional
ao museu participativo |
José Paulo Francisco
...86 ▶



PATRIMÓNIO



Do Castelo até à
Ribeira: um olhar sobre
os Paços do Município
de Alcácer do Sal | António
Rafael Carvalho...114 ▶

O Estranho Caso da Ota: o paradigma
dos Orçamentos Participativos e os resultados
de um projecto “comunitário” | André
Texugo e Ana Catarina Basílio...104 ▶

Guadamecis e Guadamecileiros
de Évora e Vila Viçosa: uma arte
de luxo em 1500-1600 |
Franklin Pereira...131 ▶



HISTÓRIA LOCAL

Fernão Lopes, natural
do Alandroal | João Torcato
e José d'Encarnação
...145 ▶



NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO...150 ▶

Textos de...

Nelson J. Almeida *et al.* [pp. 150-151];
Rui Pinheiro [pp. 152-157];
Guilherme Cardoso [pp. 158-159];
João L. Sequeira e António Valongo [pp. 160-161];
Vanda B. M. Luciano [pp. 162-163];
André Albuquerque *et al.* [pp. 164-165];
Alexandre Monteiro *et al.* [pp. 166-170];
Ana Patrícia Magalhães *et al.* [pp. 171-173];
Lídia Fernandes e Carolina Grilo [pp. 174-176];
Miguel Pessoa [pp. 177-181]

EVENTOS

Textos de...

José d'Encarnação [pp. 182-184];
João P. Tereso *et al.* [pp. 185-187];
João Cascalheira *et al.* [pp. 187-189];
Fernando Coimbra e Luiz Oosterbeek [pp. 190-191];
António Valera [pp. 192-193];
João P. Tereso [pp. 193-194];
Manuel García-Heras *et al.* [pp. 195-196];
José M. Arnaud *et al.* [pp. 197-198]

Agenda...199 ▶

Depósitos Arqueológicos

património ou lixo?

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Subordinado ao tema “Depósitos Arqueológicos: património ou lixo?”, realizou-se, conforme estava previsto, na Sociedade de Geografia de Lisboa, a 11 de Outubro de 2017, um colóquio que reuniu, em média, cerca de 60 arqueólogos. Uma iniciativa conjunta da Secção de Arqueologia da Sociedade e do Centro de Arqueologia de Lisboa (Fig. 1).

O Prof. Doutor Aires de Barros, presidente da Sociedade anfitriã, saudou os participantes, referiu-se à importância do debate na conjuntura actual e augurou o maior êxito para os trabalhos, que teve a honra de moderar. Também no mesmo sentido usaram da palavra o Prof. Doutor João Carlos Senna-Martínez, vice-presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia, e o Dr. António Marques, coordenador do Centro de Arqueologia de Lisboa.

Alexandra Gradim, da Câmara Municipal de Alcoutim, historiou o que tem sido a investigação arqueológica naquele remoto concelho algarvio, em cujo castelo, no ano 2000, se inaugurou um Museu de Arqueologia, cujo rés-do-chão, com 114 m², ficou destinado a reserva. Privilegiou-se a cuidada embalagem, devidamente monitorizada; pensa-se já na ampliação e em investir na conservação e na selecção dos materiais a expor e/ou a estudar. O êxito dessa actividade tem constituído uma “surpresa muito positiva”. Transcreve-se a parte final da sua intervenção, a que teve acesso, por intermédio de Ana Caessa (cuja colaboração agradeço):

“No entanto, o binómio lixo ou património, mesmo encarando-o como uma provocação reflexiva, não deixa de me levantar algumas questões éticas e, mais do que as desejadas respostas ao problema, adensam-se as dúvidas em relação às opções que se perfilam. E assim, concluindo a minha intervenção, e na perspectiva de estimular o debate desta tarde, refiro-vos alguns aspectos da encruzilhada de paradigmas em que me encontro:

FIG. 1



1 – É inevitável um processo selectivo para o património? Ou a actuação não deverá seguir no sentido de consciencializar os organismos institucionais da sua responsabilidade na salvaguarda destes bens e da necessidade de investimento na área da conservação e preservação dos seus valores patrimoniais, tendo em vista a sua importância como recurso único e fundamental para o contributo do todo social, presente e futuro?

2 – Deveremos investir em critérios de selecção e dispositivos iguais que os promovam, descurando a necessidade de fomentar critérios legais que protejam o património como um todo e incentivem os meios económicos para nele apostarem?

3 – Face à inevitabilidade de critérios de selecção, que valores lhes podem estar subjacentes, à luz dos conhecimentos actuais, de modo que o incremento tecnológico e de meios não venha a revelar-se como uma lacuna no conhecimento futuro do nosso passado?”

Alexandre Monteiro, ligado à Arqueologia Subaquática, foi muito assertivo e, por vezes, justificadamente cáustico na sua intervenção, ao referir, por exemplo, que, na Tailândia, o bronze de um canhão recuperado servira para uma estátua de Buda (Fig. 2); ou que, na China, a Arqueologia Subaquática serve para justificar nacionalismos e a posse de uma porção do oceano. Sendo a classe média, afirmou, a “grande con-

sumidora das indústrias culturais”, aludiu à “Arqueologia bíblica”, à insistência na presença de Fenícios nos Açores, realçando a necessidade de se optar por uma Arqueologia crítica, comunitária (a envolver o conjunto da sociedade), e criticando a Arqueologia “da vala e do buraco”, as pilhagens, a caça ao tesouro, em que estão envolvidas empresas apoiadas por personalidades políticas de relevo, inclusive chefes de Estado.



FIG. 2

Às 10:48 horas, foi dada a palavra a António Carvalho, que se apresentou na qualidade de “ouvidor” da parte da Directora-Geral do Património Cultural, uma vez que recebera esse encargo, no sentido de lhe transmitir o essencial que ali iria ser analisado. Interveio, no entanto, na qualidade de director do Museu Nacional de Arqueologia, historiando o que fora a política de directores que o antecederam, nomeadamente os Drs. Francisco Alves e Luís Raposo, no que se refere à organização das reservas do museu, que albergam, neste momento, materiais de 3153 sítios arqueológicos, acumulados ao longo de 170 anos, praticamente de todos os concelhos do País. Salientou a importância do arrumo físico, do uso de contentores *standard*, “*uma caixa própria para cada artefacto*”. Recomendou, por fim, o recurso a parcerias, nomeadamente através da Rede Portuguesa de Museus, e deu exemplos da eficácia desse procedimento.

Às 11:11 h, foi a vez de António Manuel Silva, arqueólogo a trabalhar na Câmara Municipal do Porto, que começou por aludir ao “*insustentável peso dos cacos na Arqueologia portuguesa*”, quando parece preconizar-se uma “*Arqueologia low cost*”. Quanto à recolha dos materiais, perguntou: deve ser sistemática? Por amostragem? Que fazer dos espólios volumosos? No que se refere ao tratamento dos espólios, as questões que se lhe põem são: etiquetar tudo ou não? Que procedimentos a ter com os metais e os materiais orgânicos? Optar-se-á pela avaliação e descarte “em gabinete”? Segue-se a 3.^a fase, a do depósito, que implica estudo e valorização. Opta pela palavra “arquivo” em vez de “depósito” e, no caso da cidade do Porto, propõe a criação de um Centro de Recursos Arqueológicos / Casa da Memória, de 700 a 900 m², de gestão intermunicipal ou regional.

Urge terminar, observou, com o regime de efemeridade em que se vive: congressos sem actas publicadas, por exemplo. Criem-se bolsas, prémios de investigação!

António Marques, do Centro de Arqueologia de Lisboa, aludiu ao aumento substancial do número de trabalhos arqueológicos, muito diferente do que há anos se passava, porque tínhamos uma “Arqueologia de Projecto”; agora, já temos uma “Arqueologia Contemporânea”, o que significa substancial aumento de espólios a tratar. Duas atitudes a tomar, portanto: pugnar para que superiormente se encare a rendibilidade do património arqueológico e entregar o espólio no sítio certo. Carlos Fabião, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, interveio a partir do meio-dia e dez minutos (Fig. 3), pondo a tónica na necessária leitura do que preconiza o *Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos*, onde está bem claro que a Arqueologia deve servir para a produção do conhecimento histórico, como elemento essencial da cultura dos povos. Há, pois, que inscrever a Arqueologia no contexto da sociedade portuguesa; e não carecemos de mais legislação, porque é bem explícita e completa a que temos. Urge corresponsabilizar todos e não insistir nos tópicos “*virtude do arqueólogo*” / “*irresponsabilidade da tutela*”. Há uma efectiva rede de depósitos? Aposta-se na criação de emprego científico? E deu dois exemplos: 1.^o queria incorporar na exposição “Lusitânia Romana: origem de dois povos” a falcata de Elvas; não pôde, porque o seu estado de conservação o não permitiu; 2.^o na escavação de *Ammaia*, achou-se uma moeda nas condições em que habitualmente estão as moedas; a prioridade foi tratá-la em laboratório e, quatro horas depois, estava-se perante um numisma *Urbs Roma* de Constantino, o que certa-

mente não aconteceria se não houvera a preocupação de imediato tratamento laboratorial.

Carlos Mendes, responsável pela associação de utilidade pública Terras Quentes, de Macedo de Cavaleiros, fundada em 2002, deu conta da actividade da sua associação em termos de conservação dos espólios; aludiu à possibilidade de – numa perspectiva de rendibilidade – se “*certificar um caco e vendê-lo*”! Lembrou que 2018 será o Ano do Património Cultural, o que constituirá ocasião óptima para que venham a concretizar-se algumas das sugestões aqui enunciadas.

A finalizar a manhã, João Luís Cardoso, que superintende na Arqueologia de Oeiras, referiu-se às iniciativas que ali se têm realizado, nomeadamente a criação de um espaço anexo à Fábrica da Pólvora de Barcarena, de tratamento, estudo e exposição de materiais, para fruição por parte do público. O recurso a jovens de vários programas ocupacionais e a regular publicação dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (23 números de 1991 a 2016) não proporcionado um bom desenvolvimento da Arqueologia naquele concelho.

A partir das 14:35 h, Eugénia Cunha, do Departamento Ciências da Vida (Laboratório de Antropologia Forense) da Universidade de Coimbra, aludiu à cada vez maior importância que se está a dar aos restos osteológicos, na medida em que se apuram as técnicas susceptíveis de, através deles, se conhecerem muitas características da espécie humana e, concretamente, dos indivíduos. Há que criar, em seu entender, reservas osteológicas nacionais, nas melhores condições possíveis, designadamente no que se refere à aclimação, porque, por exemplo, as técnicas de determinação do ADN não se conheciam e, agora, há, através delas, novas perspectivas de análise que se abrem. Deu inúmeros exemplos estrangeiros, que con-



FIG. 3

siderou modelares e passíveis de ser incrementados entre nós.

Francisco Sande Lemos, que acompanhou desde o início os trabalhos em *Bracara Augusta*, pioneiros no âmbito de uma Arqueologia Urbana sistemática, disse que, ali, o facto de todos os materiais darem entrada, devidamente identificados, no Museu D. Diogo de Sousa tem sido a opção adoptada, com êxito, embora o espaço se esteja a tornar, obviamente, cada vez mais diminuto. A propósito da palavra “lixo”, não quis deixar de sublinhar a importância que constitui para os arqueólogos o achamento de uma lixeira, dada a profusão de informações que aí permite colher. Preconizou que a solução para os problemas que estão a ser debatidos se deve apoiar numa efectiva descentralização de responsabilidades para as autarquias.

Foram dois, a partir das 15:10 h, os tópicos principais da intervenção de José Arnaud, presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Fig. 4): a opção por uma solução de compromisso, que passa pela selecção dos materiais a armazenar; e deve competir aos museus regionais a salvaguarda desses espólios.

Miguel Lago, responsável pela empresa ERA Arqueologia, começou por referir que a sua empresa criara o Depósito dos Perdígões, onde mantinha em reserva boa parte dos materiais das suas intervenções. No âmbito específico dos problemas abordados na sessão, fez as seguintes recomendações aos profissionais e à(s) tutela(s):

- Criação da rede de depósitos certificados;
- Maior uniformização de critérios de recolha e depósito;
- Controlo de inventários pela tutela (incluindo os espólios à guarda de arqueólogos);
- Controlo do tráfico de espólios.

Após a apresentação de todas as comunicações, de acordo com o programa, dispunha-se de cerca de 45 minutos para debate e esclarecimento das questões levantadas. Antes, porém, foi lida, a seu pedido, a moção da arqueóloga Jacinta Bugalhão, que a apresentou nestes termos:

“Considerando as alarmantes notícias vindas a público recentemente sobre a situação de risco em que se encontra o importantíssimo espólio à guarda do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática / Direcção-Geral do Património Cultural, motivada pela conjugação de uma escandalosa insuficiência de meios humanos, técnicos e financeiros

ao dispor daquela unidade, com uma gestão incompetente e negligente do processo relativo às suas instalações;

Propõe-se a comunicação às entidades competentes do Ministério da Cultura de um veemente voto de repúdio pelo seu desempenho neste processo, acompanhado da exigência da tomada de medidas imediatas para a criação/reposição de todas as condições que garantam a adequada conservação, estudo e fruição pública do acervo em causa, parcela ímpar do Património Cultural Português”.

Posta à discussão, vários dos presentes intervieram, mormente no sentido de apoio ao que se propunha. Nada mais havendo a referir nesse âmbito, o moderador pôs a proposta à votação, que foi aprovada por larga maioria, pois se registaram algumas abstenções, mas nenhum voto contra. Pode acrescentar-se, desde já, que – conforme se preconizava – a moção foi por mim encaminhada para a Senhora Directora-Geral do Património Cultural e para a Procuradoria-Geral da República, sem que, até ao momento em que preparo este relato, tenha eu próprio recebido qualquer resposta, o que era, de resto, expectável.

Das intervenções havidas, devo realçar que houve uma grande sintonia de opiniões. Algumas das ideias expostas:

- A necessidade de viabilizar a admissão de pessoal qualificado para o desempenho, nos vários organismos, das tarefas que a preservação e consequente estudo e valorização dos espólios requerem.
- A premente opção de descentralizar competências;
- A viabilidade, a impulsionar, de se certificarem depósitos arqueológicos através da Rede Portuguesa de Museus;

– Sendo a situação criada o corolário de uma negligência sucessivamente acumulada e de desrespeito pelo que a legislação em vigor impõe, competirá ao arqueólogo decidir o que guardar e o que selectivamente eliminar.

Recordaria, neste âmbito da eliminação selectiva, que uma intervenção arqueológica actual, nomeadamente em contexto urbano, se reveste de uma sensibilidade que, há anos, não se tinha, quando, por exemplo, se procurava chegar a níveis romanos ou da Idade do Ferro, consoante os interesses da investigação (por exemplo, académica) do arqueólogo, e se desprezavam os níveis superiores, negligenciando espólios dos séculos XV e posteriores, a que, hoje, naturalmente, também se dá importância.

É uma perspectiva diferente, mais consentânea com a deontologia científica, não há dúvida, mas que implica, por outro lado, a recolha de muito maior quantidade de espólio.

Costuma dizer-se, a propósito de muitas matérias, que *“cada caso é um caso”*. E, de certa maneira, também não deixou de ser, a meu ver, essa a tónica geral do debate: há que privilegiar o sentido de responsabilidade do agente: fazer Arqueologia é fazer História, com a agravante, amiúde citada, de que – ao contrário dos estudiosos de pergamínhos e manuscritos – o arqueólogo, ao escavar, “rasga” o documento que encontrou e ninguém mais o pode ler.

Restarão os relatórios conscienciosamente elaborados, é certo; restarão os vestígios que briosamente se guardaram. E essa é a nossa responsabilidade, que a tutela, qualquer que ela seja, tem por dever ajudar a não enjeitar. 



FIG. 4

almada

online

[\[http://www.almadan.publ.pt\]](http://www.almadan.publ.pt)

[\[http://issuu.com/almadan\]](http://issuu.com/almadan)

uma edição



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

[\[http://www.caa.org.pt\]](http://www.caa.org.pt)

[\[http://www.facebook.com\]](http://www.facebook.com)

[\[c.arqueo.alm@gmail.com\]](mailto:c.arqueo.alm@gmail.com)

[212 766 975 | 967 354 861]

[travessa luis teotónio pereira, cova da piedade, almada]